

kwel x ouc. gov. m...

22 MAR 1939

ESTADO DE SÃO PAULO

Mais uma agressão contra São Paulo

O fenômeno das migrações internas, que há décadas tem em São Paulo seu mais magnético pólo de atração, acabou por transformar o território paulista num fascinante mosaico dos sotaques que compõem a nacionalidade brasileira. A Capital do Estado, por exemplo, abriga uma legião de nordestinos inferior apenas à que habita Recife. O número de sergipanos que vivem e trabalham em Santos iguala a população de Aracaju. E, para ficarmos em três exemplos, o norte paulista, em consequência da concentração de mineiros nas indústrias e lavouras da região, vai-se transformando numa extensão das Gerais. Informações como estas deveriam ser oferecidas à reflexão dos constituintes que há poucos dias se limitaram a afrouxar, sem contudo cogitar de rasgá-la, a camisa-de-força imposta à representação de São Paulo na Câmara dos Deputados.

Respeitados os critérios de densidade demográfica, os 32 milhões de brasileiros residentes em São Paulo teriam direito a pelo menos 120 vagas na Câmara. Segundo o texto aprovado em plenário, porém, tais vagas foram limitadas em 70, dez a mais que as atuais. Dessa forma, o Estado que concentra 22% da

população brasileira terá apenas 13% do total de deputados federais. Para consumir essa iniquidade, parlamentares de outros estados invocaram, uma vez mais, a fantasia do "imperialismo paulista". E assim mantiveram reduzidos a eleitores de segunda classe tanto os paulistas de nascimento quanto os nordestinos da Capital, os sergipanos de Santos, os mineiros do norte e outras centenas de milhares de brasileiros que escolheram São Paulo para viver.

Essas trapaças numéricas, convém registrar, contaram com a furtiva cumplicidade de parlamentares paulistas. Há poucos meses, quando a Comissão de Sistematização examinou o assunto pela primeira vez, constituintes eleitos por São Paulo colaboraram, com uma discrição de dar inveja a punguistas, para a derrota de uma emenda que ampliava a representação do Estado. Eles temiam que, com isso, suplentes de deputado que lhes disputam votos na mesma região chegassem ao Congresso ainda nesta legislatura. Agora, remetida a questão ao plenário, parte da bancada paulista só admitiu aumentar o número de vagas para 70 depois de ficar arranjado que a decisão só valeria a partir do próximo pleito.

Naturalmente, a Câmara dos Deputados não se pode dispensar da fixação de limites para as bancadas estaduais. Sobretudo num país como o Brasil, cujos governos costumam demitir-se da responsabilidade de adotar políticas de planejamento familiar, a primazia absoluta dos critérios demográficos acabaria por transformar o prédio do Congresso numa inadministrável megalópole. A necessidade de estabelecer tais limites, todavia, não pode colidir com princípios democráticos — e é evidente que colisões do gênero têm ocorrido.

É uma agressão à democracia permitir, por exemplo, que o voto de um eleitor do Acre valha, como ocorre agora, 20 vezes mais que o de seu similar de São Paulo. Da mesma forma, o regime democrático é agredido sempre que maiorias reais são neutralizadas pela esperteza de minorias que se multiplicam superficialmente. Hoje, somadas, as bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste reúnem 292 constituintes. Graças a esse milagre da multiplicação das cadeiras (restrito à parte de cima do mapa do País), regiões que não concentram a maioria da população brasileira conseguiram a hegemonia no Congresso.

Foi precisamente essa, por sinal, a intenção que presidiu a confecção da camisa-de-força destinada a manietar, primeiro, São Paulo e em seguida outros populosos estados do Sudeste e do Sul. Em 1977, convencidos de que a Arena estava condenada à morte por inanição nas regiões mais desenvolvidas, mas seguia musculosa no Norte e no Nordeste — principalmente nos pequenos municípios que Tancredo Neves chamava de "grotões do Brasil" —, os arquitetos do "pacote de abril" institucionalizaram a fronteira das 60 vagas. Hoje, desaparecidos a Arena e o próprio regime militar que a tutelava, são diferentes as razões que animam os agressores do eleitorado radicado em São Paulo.

Diferentes, mas igualmente mesquinhas: ao fustigarem o imaginário "imperialismo paulista", muitos constituintes procuram, na verdade, aumentar o próprio cacife político e o da bancada que integram. Eis aí trunfos sempre úteis que vêm na política uma espécie de balcão para barganhas com o governo. Ali costumam ser encontrados os deputados fiéis ao mandamento segundo o qual é dando que se recebe.